

21/12/2012

Além da conjuntura

Por André Lara Resende | Para o Valor Econômico, de São Paulo

"O amor ao dinheiro, além de meio para aproveitar a vida, é uma dessas propensões semicriminosas, semipatológicas, que deveriam ser displicentemente relegadas aos especialistas em doenças mentais."

John M. Keynes

O crescimento econômico superou as fronteiras da economia, invadiu a política e permeia todas as dimensões do debate público. Define o bom e o mau governo, quem ganha ou perde eleições, tornou-se a força motora da sociedade. Por que e para que crescer são perguntas que deixaram de ser feitas. Não costumamos nos questionar sobre o óbvio. Num estudo recente, "Is U.S. Growth Over? Faltering Innovation Confronts the Six Headwinds", o economista americano Robert J. Gordon, professor da Universidade de Northwestern, procura responder a uma pergunta mais simples: o rápido crescimento a que nos acostumamos pode ser indefinidamente mantido? Sua conclusão é que não. Ao contrário do que se assume, não há garantia de que o crescimento seja um processo contínuo e permanente.

A teoria do crescimento econômico, desde que Robert Solow e Trevor Swan, de forma independente, no final da década de 50, expandiram o modelo pioneiro de Roy Harrod e Evsey Domar, nunca questionou a hipótese de que fosse possível crescer indefinidamente. O modelo Solow-Swan tornou-se a referência da teoria neoclássica do crescimento, segundo a qual o crescimento de longo prazo é função da acumulação dos fatores capital e trabalho e do progresso tecnológico. Foi inicialmente usado para demonstrar que, no curto prazo, o crescimento dependia da taxa de poupança, mas, no longo prazo, não. Dado o crescimento da força de trabalho e o ritmo do progresso tecnológico, consideradas duas variáveis exógenas, fora do controle da política econômica tradicional, a taxa de poupança e investimento determina o crescimento de curto prazo. Dado que o retorno do capital é decrescente, a taxa de crescimento sustentável a longo prazo, chamada de taxa de "steady state", independe da taxa de poupança. Como indica o nome, a taxa de steady state é uma taxa de crescimento da renda per capita indefinidamente sustentável. A taxa de poupança determina a velocidade de convergência para a taxa de "steady state", mas essa taxa sustentável de longo prazo depende exclusivamente do progresso tecnológico.

O modelo de Solow-Swan tem algumas implicações importantes. A primeira é que o crescimento das economias mais atrasadas deveria convergir para o das economias avançadas. Apenas a velocidade dessa convergência dependeria da taxa de poupança. Aquelas que conseguissem poupar e investir mais convergiriam mais rapidamente para a fronteira das economias avançada. A segunda é que o progresso tecnológico é o principal determinante da taxa de crescimento de longo prazo das economias avançadas. Estudos empíricos posteriores, do próprio Solow e de seus seguidores, concluíram que o progresso tecnológico é responsável por dois terços do crescimento de longo prazo. O terço restante está associado ao aumento da produtividade do trabalho, através da educação. A hipótese de que exista um crescimento indefinidamente sustentável - um crescimento de "steady state" - está, portanto, baseada numa hipótese anterior, inquestionada, de que o ritmo do

progresso tecnológico dos últimos três séculos deverá continuar indefinidamente. Esta é justamente a hipótese examinada por Gordon.

Até meados do século XVIII, praticamente não houve crescimento do produto per capita. Todo crescimento advinha do crescimento da população. O crescimento é uma relativa novidade. A revolução intelectual do Iluminismo, iniciada na segunda metade do século XVII, levou a tais avanços tecnológicos, a partir de meados do século XVIII, que transformou toda a economia e a sociedade e levou à Revolução Industrial do século XIX. O rápido crescimento das economias avançadas, na fronteira tecnológica, passou a pautar o imperativo do desenvolvimento econômico durante todo o século XX. Criou-se a noção de atraso - ou de subdesenvolvimento - para as economias em que o crescimento era inexistente ou limitado, a reboque do comércio com as economias centrais e dependentes do dinamismo das sociedades avançadas. Todo um campo de estudos, a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, foi criado a partir de meados do século passado. O modelo de Solow-Swan continuou como referência, tanto para o estudo do crescimento das economias avançadas como para as economias em desenvolvimento.

Para a teoria do subdesenvolvimento, na qual o debate ideológico foi mais polarizado, o modelo neoclássico de crescimento, ainda como referência, foi mais utilizado para ressaltar suas deficiências. O principal alvo das críticas foi a conclusão simplista de que a superação do subdesenvolvimento dependeria exclusivamente da capacidade de aumentar a taxa de poupança - que no modelo neoclássico é sempre igual à taxa de investimento. Muitas outras restrições, além da insuficiência de poupança, se interpunham entre as economias subdesenvolvidas e as economias avançadas. A tese - que inflamou corações e mentes - de que desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam duas faces de uma mesma moeda questionava a própria ideia de que poderia haver convergência para a taxa sustentável de longo prazo da fronteira tecnológica. Não poderia haver economias desenvolvidas sem economias subdesenvolvidas, pois estavam numa simbiose funcional. A conclusão neoclássica, tomada ao pé da letra, é realmente simplista. Todo modelo é uma aproximação estilizada, cujo propósito é realçar aspectos de uma realidade complexa. Embora os críticos do modelo neoclássico tivessem razão, o aumento da poupança não é condição suficiente para garantir o desenvolvimento, jogaram fora o bebê com a água do banho, esqueceram-se de que aumentar a poupança, pública e privada, sempre foi condição necessária para o crescimento.

A possibilidade de que o crescimento das economias avançadas, ainda que sujeito a crise recorrentes, não pudesse ser sustentável a longo prazo nunca foi questionada fora da tradição marxista. O próprio Marx, que duvidava do crescimento capitalista a longo prazo, sustentava que, uma vez passada a crise definitiva e inevitável do capitalismo, a economia socializada retomaria indefinidamente sua trajetória de crescimento. É justamente a hipótese do crescimento sustentável a perder de vista das economias avançadas que Gordon não considera plausível. Seu trabalho sugere que o crescimento acelerado dos últimos três séculos tenha sido atípico, um episódio singular na história da humanidade. Para sustentar sua tese, Gordon analisa as economias que estavam na fronteira tecnológica nestes últimos séculos: a inglesa, do século XIV até o início do século XX, e a americana, daí até hoje. Reza o modelo neoclássico que o crescimento das economias da fronteira tecnológica estabelece o ritmo de crescimento possível de longo prazo, para o qual, depois de um período de crescimento acelerado, devem convergir as demais. Na tradição de Solow-Swan, Gordon não se preocupa com as flutuações macroeconômicas de curto prazo. Desconsidera até mesmo a crise financeira de 2008, ao examinar se o

crescimento econômico da economia americana - ainda hoje na fronteira tecnológica - poderá manter as taxas observadas nos últimos 250 anos.

Gordon subdivide o período de rápido crescimento dos últimos séculos em três revoluções tecnológicas. A primeira, de 1750 a 1830, liderada pela introdução do motor a vapor e das estradas de ferro. A segunda, de 1870 a 1900, com a introdução da eletricidade, da água encanada e do motor a combustão interna. Finalmente, a terceira revolução, de 1960 até hoje, baseada na informática, na introdução dos computadores, dos telefones móveis e da internet. A segunda, que com suas invenções transformadoras, concentradas nas três últimas décadas do século XIX, levou à Revolução Industrial, foi sem dúvida a mais importante. A propagação integral dos efeitos das primeiras revoluções tecnológicas levou aproximadamente 100 anos. Até a década de 70 do século passado, a economia ainda estava sendo transformada pelos impactos derivados da segunda revolução tecnológica.

O ponto central do argumento de Gordon é que, a partir dos anos 70, quando os efeitos transformadores das duas primeiras revoluções tecnológicas finalmente se esgotaram, houve uma significativa redução do ritmo de crescimento da produtividade. A terceira revolução, a da informática e da internet, que tem início nos anos 60 e atinge o seu auge na última década do século passado, não teve o mesmo impacto sobre a produtividade. Grande parte de seus benefícios, a substituição do trabalho burocrático rotineiro pelo computador, esteve concentrada nas décadas de 70 e 80. Desde então, deixaram de ter efeito transformador sobre a economia. As invenções posteriores, especialmente as que foram desenvolvidas desde o início do século XXI, estão centradas nas comunicações e no entretenimento. Aparelhos menores, mais charmosos, poderosos e eficientes foram criados, mas sem a mesma capacidade de aumentar a produtividade e transformar a qualidade de vida que tiveram as inovações dos séculos anteriores.

Os grandes ganhos das primeiras revoluções tecnológicas foram excepcionais, tiveram importantes impactos secundários que levaram décadas para serem integralmente incorporados, mas não deverão se repetir. A revolução da informática teve muito menos impacto sobre a qualidade de vida, seus efeitos secundários foram restritos e mais rapidamente incorporados. Por mais impressionantes que as inovações da era da informática possam parecer, nada as compara ao efeito transformador sobre a vida que tiveram, por exemplo, a luz elétrica e a água encanada. Quem, obrigado a escolher entre seu telefone portátil de última geração e a água encanada, optaria pela maravilha da informática? Quem estaria disposto a abdicar da luz elétrica, sem a qual a quase totalidade das invenções do século passado não teria sido possível? Para ilustrar a importância relativa das primeiras revoluções tecnológicas, Gordon lembra que a taxa anual de aumento da expectativa de vida na primeira metade do século XX foi três vezes superior à da segunda metade do século. O processo de inovação tecnológica deverá prosseguir, mas o grande salto das invenções dos séculos XVIII e XIX foi verdadeiramente extraordinário. Não deverá se repetir. Os benefícios da revolução da informática têm alcance mais limitado. Como disse o próprio: "Pode-se perceber a era dos computadores em toda parte, menos nas estatísticas de produtividade".

Retomemos o argumento. O crescimento sustentável de longo prazo é dado pelo impacto do progresso tecnológico na produtividade. A economia americana é, ainda hoje, a economia da fronteira tecnológica. Seu crescimento desacelerou nas últimas décadas e, a crer nas evidências de Gordon, essa desaceleração não reflete fatores conjunturais cíclicos. Não pode ser creditada exclusivamente à crise financeira de

2008, como assume a grande maioria das análises, mas está associada ao esgotamento da onda transformadora da Revolução Industrial. O progresso tecnológico da revolução da informática não tem o mesmo poder transformador, não se vê refletido na produtividade. A desaceleração da economia americana veio para ficar. As economias avançadas vão crescer muito menos daqui para a frente.

A boa notícia é que, com a desaceleração das economias centrais, o processo de convergência das demais será mais rápido. As economias em desenvolvimento, que forem capazes de manter altas taxas de poupança e investimento, deverão alcançar em breve as economias avançadas. A má notícia é que, uma vez alcançada a fronteira tecnológica das economias avançadas, o crescimento vai desacelerar significativamente. Deverá convergir para a relativa estagnação das economias centrais. A dificuldade de crescer, que hoje aflige todas as economias centrais, não é uma dificuldade circunstancial, decorrência de um acidente de percurso como a crise financeira de 2008, mas sim o resultado de uma desaceleração estrutural no ritmo do progresso tecnológico. O crescimento ao qual nos acostumamos, que passamos a considerar um imperativo, pode não ser mais possível.

Toda previsão, especialmente as de longo prazo, devem ser tomadas com cautela. É parte do nosso esforço de organizar, tentar extrair sentido do futuro que nos é essencialmente desconhecido. A noção de que o crescimento dos últimos séculos poderia ser extrapolado a perder de vista é um exercício de futurologia tosca que foi incorporado ao nosso imaginário. Transformou-se numa das premissas da modernidade. Também a inferência, a partir da evidência de que o progresso tecnológico mais recente não tem o mesmo poder transformador, de que não vamos mais crescer é apenas mais uma previsão. Por mais embasada que esteja nas evidências disponíveis, sofre das mesmas limitações de toda tentativa de antecipar o futuro. Não parece haver sinais de que uma nova onda de invenções venha mais uma vez revolucionar a vida, como a que levou à Revolução Industrial do século XIX, mas isso não dá certeza de que algo semelhante não venha a ocorrer. O bom senso sugere apenas que não devemos contar com isso.

O esgotamento do crescimento nas economias da fronteira tecnológica ainda deixa espaço para o crescimento das economias periféricas, que não alcançaram a produtividade das economias avançadas. Até lá, é possível crescer acima da taxa sustentável de longo prazo. Para isso, a teoria ensina que é preciso ter alta taxa de poupança e investimento e aprimorar a educação. No Brasil, a taxa de poupança privada, dado o nível de renda próximo do de subsistência, foi sempre muito baixa. Desde a segunda metade do século passado, todos os períodos de rápido crescimento foram fruto do aumento do investimento público. Como a estrutura fiscal era precária, o investimento público foi financiado pela poupança forçada - extraída através da inflação crônica - ou pela poupança externa, associada aos déficits em conta corrente financiados pelo endividamento externo. Desde a estabilização da inflação crônica, na última década do século passado, a carga tributária progrediu sistematicamente e atingiu níveis comparáveis aos das economias avançadas. O setor público poderia ter passado a contribuir, então, para o aumento da poupança doméstica. Infelizmente, numa atitude míope, em vez de aumentar a taxa de poupança e de investimentos públicos, optou-se por aumentar os gastos correntes do governo, por dar estímulos ao consumo privado, toda vez que o crescimento de curto prazo dava sinais de perder o fôlego.

O leitor terá notado que o uso do termo crescimento sustentado de longo prazo foi até aqui utilizado sem a conotação que tomou nos últimos tempos: a do

crescimento que não ameaça causar danos irreparáveis à ecologia. No início dos anos 50 do século XX, quando a teoria do crescimento neoclássica estava sendo formulada, os limites físicos do planeta pareciam suficientemente distantes para que fossem ignorados. O crescimento sustentável de longo prazo era apenas o passível de ser mantido pelo aumento da produtividade, o crescimento per capita, acima do crescimento da força de trabalho, uma vez atingida a relação capital-trabalho ideal para o estado das artes, ou seja, o crescimento de "steady state", que depende do progresso tecnológico.

A questão ecológica introduz uma restrição adicional ao modelo neoclássico. Os limites físicos do planeta poderão vir a restringir o crescimento, ainda que o progresso tecnológico fosse capaz de sustentar o ritmo do aumento da produtividade. Como atesta a dificuldade de se chegar a um acordo multilateral mínimo sobre o tema, não se trata de uma restrição facilmente incorporável à política contemporânea. Trata-se de uma restrição de difícil digestão para os países avançados, viciados no crescimento, mas praticamente impossível de ser aceita pelos países que ainda estão longe de atingir os níveis de consumo e de produtividade da fronteira tecnológica. Racionar o crescimento, antes da convergência de todos, significaria congelar as profundas diferenças de padrão de vida no mundo de hoje. Até mesmo a esperança de que venham a ser eliminadas desapareceria. Não é preciso muita reflexão para compreender o potencial de conflito da tentativa de congelar o status quo em nome da ecologia.

É sempre possível questionar as evidências do aquecimento global, como é possível fechar os olhos para os estragos que a modernidade impõe à biosfera, mas basta a lógica para concluir que o crescimento material eterno é uma impossibilidade física. O crescimento dos últimos séculos pode ter sido uma exceção, mas passamos a considera-lo mais do que um direito, um imperativo. Não nos perguntamos mais por que e para que crescer. Associamos a interrupção do crescimento a uma flutuação cíclica decorrente da instabilidade da economia capitalista. Desde a grande síntese keynesiana, toda e qualquer interrupção do ritmo do crescimento é vista como evidência de incompetência da gestão macroeconômica.

Como a interrupção cíclica do crescimento, até mesmo a mudança do ritmo de crescimento, provoca flutuações no nível do emprego, há uma compreensível tentação de associar o crescimento de longo prazo ao nível de desemprego. Seria necessário crescer sempre, para criar empregos e evitar o desemprego. Por isso, a resposta mais óbvia, repetida ad nauseum, à pergunta de para que crescer, é de que é preciso crescer para criar empregos. O crescimento necessário para manter a força de trabalho empregada - quando não ocorrem mudanças estruturais, como a incorporação das mulheres à força de trabalho - é igual à taxa de crescimento demográfico. O crescimento a que se refere a teoria do crescimento é o da renda per capita. Portanto, crescimento acima do demográfico, acima do requerido para manter o emprego. Emprego e desemprego são questões associadas a reorganizações setoriais e a flutuações macroeconômicas de curto prazo, praticamente independentes da taxa de crescimento de longo prazo. A única resposta possível à pergunta de para que crescer além do crescimento demográfico é: para aumentar a renda per capita, ou seja, para enriquecer. O que nos leva à pergunta seguinte: para que serve a riqueza?

Essa é a pergunta à qual John Maynard Keynes dedicou um pequeno ensaio publicado em 1930, em plena Grande Depressão, chamado "Economic Possibilities for our Grandchildren". A resposta de Keynes contradiz frontalmente o consenso

contemporâneo: a riqueza serviria para reduzir as horas trabalhadas. À medida que o progresso tecnológico levasse ao aumento da produtividade, seria possível trabalhar cada vez menos para satisfazer nossas necessidades. Chegaríamos, finalmente, ao ponto em que seria quase desnecessário trabalhar. Segundo as estimativas de Keynes, isso deveria ocorrer num prazo de aproximadamente cem anos, ou seja, por volta de 2030. O número de horas trabalhadas nos países avançados efetivamente caiu, mas muito menos do que se previa. No mundo contemporâneo, independentemente do nível de renda e riqueza, nunca se considerou tão fundamental trabalhar, nunca se considerou tão humilhante a ideia de não trabalhar e nunca se considerou tão ameaçadora a ideia de que a economia possa não crescer.

O que aconteceu? Como é possível que um pensador brilhante, da estatura de Keynes, possa ter se equivocado de forma tão gritante? O próprio Keynes, no mesmo ensaio, parece-me ter tido a intuição do motivo de seu erro. Segundo ele, quando a sociedade tiver atingido um nível de riqueza capaz de satisfazer as necessidades fundamentais de todos, sem que seja preciso mais trabalhar a maior parte do tempo, "pela primeira vez desde sua criação, o homem se confrontará com o seu verdadeiro, seu eterno problema - o que fazer com a liberdade em relação às necessidades econômicas, como usar o tempo de lazer, que a ciência e o juro composto lhe terão garantido, para viver bem, de forma sensata e agradável".

Keynes passaria os anos seguintes preocupado com a Grande Depressão, dedicado essencialmente às questões macroeconômicas de curto-prazo, à instabilidade cíclica da renda e do emprego, contribuição que o elevou à condição do mais importante economista do século XX. Além do teórico brilhante, Keynes foi um homem público influente e um debatedor inspirado. Entre suas inúmeras tiradas espirituosas, a provavelmente mais citada é a de que "no longo prazo estaremos todos mortos".

O problema existencial do que fazer com o tempo livre não nos exime da necessidade de responder para que serve a riqueza além de nossas necessidades. É evidente que enriquecer não pode ser um objetivo em si mesmo. Esse é o tema do livro que Robert e Edward Skidelsky, "How Much is Enough: Money and the Good Life", acabam de publicar. Pai e filho, sendo que Robert é autor da mais importante biografia de Keynes, os autores procuram entender porque a moderna obsessão com o crescimento econômico. Curiosamente, não subscrevem as razões dos dois mais famosos movimentos que hoje se contrapõem ao imperativo do crescimento: o que propõe substituir o crescimento pelo conceito de felicidade e o da sustentabilidade ecológica. Os Skidelskys, apesar de simpatizarem com objetivos desses movimentos, sustentam que ambos se equivocam, pois procuram ancorar a crítica ao crescimento no utilitarismo, quando a verdadeira objeção deveria ser ética.

A felicidade não é nem mensurável, nem sempre desejável. Deve-se estar feliz quando e onde a felicidade é devida e infeliz quando as circunstâncias assim exigem. Fazer da felicidade um objetivo em si, especialmente um objetivo de governo, é a receita para a infantilização autoritária, memoravelmente descrita por Aldous Huxley em "O Admirável Mundo Novo", ou na versão futurista mais recente do filme "Matrix". Ou bem a felicidade é entendida no seu sentido pré-moderno, como uma condição existencial - e neste caso não é passível de ser medida por pesquisas - ou então é entendida no seu sentido moderno, de um estado de espírito circunstancial - e então não pode ser referência do desejável. Os Skidelskys sustentam que substituir a busca do crescimento pela busca da felicidade é passar

de um falso ídolo a outro. Nosso objetivo, como pessoa e como cidadão, não é o de ser feliz, mas o de estar feliz quando há razão para estar feliz. E motivo para tristeza nunca há de faltar. É a arrogância do homem moderno que o faz crer que pode tudo controlar. Mais sábios, os clássicos subscreviam o ditado de Solon: "Ninguém pode ser considerado feliz até depois de sua morte".

Em relação ao movimento ecológico, os Skidelskys não são menos críticos. Sustentam que, embora se apresentem como defensores de uma resposta racional a fatos estabelecidos, a verdadeira inspiração dos ambientalistas é romântica. O discurso político contemporâneo exige que os argumentos, de lado a lado, sejam formulados como científicos, mas, com base apenas nos fatos, não há como julgar e decidir. Como proceder, qual o melhor curso de ação, para evitar danos definitivos à biosfera, não é, como se pretende, uma questão meramente objetiva. Trata-se de um embate entre duas visões de mundo: de um lado, o otimismo prometeico; de outro, uma atitude de reverência piedosa diante da natureza. É o cientificismo contemporâneo que exige que seja formulado em termos de partículas de carbono e graus de aquecimento global. Diante do bombardeio de evidências e contra evidências de lado a lado, a única atitude razoável para o não especialista é de aceitar a opinião dominante entre os especialistas: o aquecimento global é fruto da atividade dos homens e está se agravando. Ainda assim, não há como saber se é melhor continuar a crescer e enriquecer, acelerar o progresso tecnológico para expandir os limites do possível, ou desacelerar e procurar conviver com as restrições que o planeta nos impõe.

Os Skidelskys sustentam que o ambientalismo deu uma base aparentemente científica para a velha ideia mística de que na natureza há um equilíbrio que perturbamos por nossa conta e risco. Concordam que o crescimento não pode mais ser o objetivo da política econômica, mas não estão convencidos de que essa conclusão possa ser extraída do fato de que os limites físicos do planeta estão próximos, de que os danos à biosfera possam ser irreparáveis. Também não acreditam que exista uma medida alternativa de bem-estar, felicidade ou qualquer outra, que possa substituir o crescimento numa função utilidade social. É curioso que, assim como os críticos do progresso, também os críticos do ambientalismo acusem seus opositores de conotações místicas, de vestígios de religiosidade. Ao nos aventurarmos sobre o futuro, sobre o desconhecido, apesar de tentarmos desesperadamente revestir nossa argumentação de racionalidade científica, não temos como evitar a intuição, se não religiosa, ao menos poética. A razão é sistematizadora. Para ir além do conhecido e do que pode ser deduzido do conhecido, não há como prescindir da intuição poética. O título do livro contra os pesticidas de Rachel Carlson, de 1962, considerado o marco introdutório do ambientalismo, parece-me ilustrativo da força - pelo menos retórica - da poesia: "The Silent Spring".

Para os Skidelskys, o fim do crescimento como objetivo deve ser entendido como uma exigência ética, não como uma conclusão científica baseada num cálculo utilitarista. Para eles, o homem moderno perdeu a referência clássica do ideal de vida. Qual a vida a ser vivida, uma vez saciadas nossas necessidades fundamentais? Boa pergunta, de difícil resposta. Afirmar que a opção pelo fim do crescimento deve ser ética, não ajuda. Ao contrário, o mundo contemporâneo esfacelou a ética. A tese do filósofo escocês Alasdair MacIntyre, em "After Virtue", é que temos hoje estilhaços de sistemas éticos, incapazes de formar um corpo coerente. A única forma de entender a afirmativa de que a opção pelo não crescimento deve ser ética é tomá-la no sentido de Ortega y Gasset, de que a ética é circunstancial, e as

circunstâncias hoje exigem o fim do crescimento. Mas que circunstâncias são essas, se não os limites físicos do planeta, os estragos irreparáveis à biosfera, aos quais se referem os ambientalistas? É verdade que o homem moderno perdeu a referência do ideal de vida clássico. Nada mais distante do mundo clássico do que o mundo contemporâneo. Não faz sentido pretender que o homem moderno aspire ao ideal de vida do homem clássico. Nenhum ideal pode ser desvinculado da história e das circunstâncias.

Confirmada a tese de Robert J. Gordon, de que o período de rápido progresso tecnológico se esgotou, a questão deverá voltar a ser meramente filosófica. Sem crescimento das economias avançadas, na fronteira tecnológica, voltaremos a nos defrontar com a questão essencial da economia: a de como administrar a escassez. Como compatibilizar o crescimento das economias periféricas com a estagnação das economias centrais até a convergência de todos para uma economia sem crescimento? Teremos então que enfrentar outro problema, o criado pela desigualdade, ainda que depois de todos terem suas necessidades básicas atendidas. A resposta mais plausível à pergunta de porque se busca sempre mais riqueza, mesmo quando muito além do necessário para satisfazer os desejos mais estapafúrdios, é que não é a riqueza absoluta, mas a riqueza relativa que importa. Não nos basta ser apenas ricos, mas, sim, mais ricos do que nossos pares. A riqueza é apenas a exteriorização, o símbolo, de nossa pretensa superioridade. Por isso, a obsessão com o consumo conspícuo de Torsten Veblen, com os bens que sinalizam riqueza. Por isso, o fascínio pelo que parece exclusivo, com o que representa o privilégio. A competição pelo posicionamento hierárquico entre indivíduos pode ser transposta para estados e nações. Queremos crescer e enriquecer, não apenas para garantir um padrão de vida decente para nossos compatriotas, mas, sobretudo, para sermos mais ricos do que os países vizinhos, para reforçar o orgulho e a identidade nacional.

Quando, em 1928, numa palestra para os alunos de graduação da Universidade de Cambridge, Keynes formulou pela primeira vez o argumento, que viria a refinar no artigo de dois anos depois, sobre as possibilidades a longo-prazo da economia capitalista, ele tinha consciência de que era preciso estimular a imaginação dos jovens com uma utopia comparável à que, àquela altura, provocava entusiasmo: a do socialismo marxista soviético. Para fazer sua previsão de que, mantida a taxa de acumulação de capital e o ritmo do progresso tecnológico, "o padrão de vida nos países avançados, dentro de cem anos seria entre quatro e oito vezes o atual", Keynes utilizou o mesmo arcabouço conceitual do modelo neoclássico de crescimento formalizado por Solow e Swan 30 anos mais tarde. Pouco depois, veio a Grande Depressão. Keynes esqueceu-se das preocupações especulativas com o longo prazo - quando estaremos todos mortos - e dedicou-se com afincos a encontrar a solução para os problemas do curto prazo: a instabilidade macroeconômica e o desemprego.

Pois bem, tenho a impressão de que nos tornamos excessivamente keynesianos, no sentido que - apesar de profundamente injusto com Keynes - o termo adquiriu: o da obsessão com o curto prazo. Tomamos o crescimento dos últimos séculos como base, não como a exceção que parece ter sido. Por isso, bombardeamos a economia com estímulos de curto prazo, através da expansão do crédito e dos gastos públicos. O resultado é conhecido: bolhas especulativas, que, quando se esgotam, provocam crises financeiras, seguidas de longo período de estagnação e desemprego. Em vez de recuperar a lição do modelo neoclássico de crescimento, compreender que a desaceleração das economias avançadas pode não ser conjuntural, mas o fim da era

do progresso tecnológico transformador, insistimos em tentar reanimar a economia, em bombardeá-la com os mesmos estímulos que provocaram os excessos e a levaram ao colapso. As economias centrais, do Japão, dos Estados Unidos e da União Europeia, podem ter chegado ao fim de uma era. Em relação à Depressão dos anos 30, Keynes escreveu: "Sofremos, não do reumatismo da idade avançada, mas das dores do crescimento rápido demais". A crer nas evidências do artigo de Robert J. Gordon, podemos ter finalmente chegado à idade do reumatismo, mas ainda não nos demos conta disso. Insistimos em interpretar suas dores como apenas mais dores do crescimento, porque não levantamos o olhar para além da conjuntura.

André Lara Resende é economista